

CONTRAVISUALIDADES E A DECOLONIZAÇÃO DO OLHAR¹

MARÍLIA CLAUDIA FAVRETO SINÃNI¹; ALINE ACCORSSI².

¹Universidade Federal de Pelotas – profmarillasinani@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – alineaccorssi@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o recorte derivado da dissertação de mestrado defendida no Curso de Pós-Graduação em Educação, cujo título é *Imagens e memórias: tecendo caminhos para uma educação estética libertadora e decolonial* e o objetivo é refletir sobre formas de superar a colonialidade do ser, saber e sentir por meio da educação estética em arte decolonial no horizonte da libertação. No presente estudo, partimos das reflexões sobre decolonização do olhar propostas na dissertação para apresentarmos as contravisualidades como imagens geradoras de discussões que abrem caminhos para questionamentos acerca dos regimes de visibilidade e o desvelamento da realidade através da superação das lentes coloniais ainda presentes na sociedade.

Ao propor o trabalho com as contravisualidades enquanto prática libertadora na educação estética em arte, aproximamos os estudos das culturas visuais (MIRZOEFF, 2016; ABREU e ÁLVAREZ, 2019; MANGUEL, 2001; SÉRVIO, 2014) da perspectiva decolonial (GÓMEZ e MIGNOLO, 2012; DUSSEL, 1997) para criarmos outras formas de pensar as produções imagéticas historicamente criadas pela humanidade e ampliarmos os modos de construir as percepções de mundo da sociedade contemporânea. Se a tradição filosófica ocidental entende o conhecimento como um ofício dos olhos e a sociedade contemporânea tem se expressado cada vez mais através de recursos ópticos devido ao aumento da utilização de telas na vida cotidiana, propomos refletir criticamente sobre a relação entre a visibilidade e o ocularcentrismo, de modo a colocar em movimento as discussões sobre as possibilidades de construir outros caminhos para pensarmos a potência das imagens rumo a libertação e não à dominação que está por trás dos discursos que chegam ao nosso olhar.

2. METODOLOGIA

Este estudo é parte da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas, espaço em que investigo a potência das contravisualidades nos processos de decolonização do olhar. Aproximando os estudos das culturas visuais da perspectiva decolonial, bem como as artes visuais da ação de pesquisar na área da educação, compartilho o recorte da pesquisa qualitativa que foi elaborada a partir da constante busca pela construção de uma prática reflexiva-metodológica em que as imagens fossem apresentadas como textos a serem lidos e discutidos, de modo a contribuir para práticas dialógicas e o exercício do pensamento crítico através do olhar na educação estética em arte. Com base na revisão de literatura e a articulação entre

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

as duas práticas metodológicas *Archivo Caminante* (MOLINARI, 2020) e Auto-mediação (PEREIRA, 2018), apresento as imagens como partes integradoras da pesquisa em educação, como fontes bibliográficas relacionais que podem abrir caminhos para questionarmos os regimes de visualidade impostos no campo epistêmico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nós, seres humanos, somos grandes produtoras/es de imagens e, historicamente, priorizamos a visão como protagonista na construção do conhecimento, dos conceitos e das nossas percepções de mundo. A própria etimologia da palavra “teoria”, por exemplo, apontam o protagonismo da visão com o significado de “contemplar” e indicam que o saber tem uma relação ativa com a ação de olhar (ALVES, 2011). Isso acontece porque vivemos em uma sociedade ocularcêntrica (MANGUEL, 2001) em que as pessoas cada vez mais se comunicam através de recursos ópticos, principalmente com o aumento do uso de telas na vida cotidiana.

A tradição filosófica ocidental também define o conhecimento como atributo dos olhos, em que saber é ver (ALVES, 2011), portanto, para conhecer algo seria necessário olhar as coisas. Na construção do conhecimento científico, são muitos os termos que aludem a metáforas visuais associados à ação de olhar como, por exemplo: perspectiva, visão de mundo, concepção de mundo, olhar crítico, entre tantas outras palavras que demonstram o quanto o nosso vocabulário é permeado por palavras associadas à visão. Destaco a hegemonia da visão na sociedade ocularcêntrica para refletir criticamente sobre a presença da visualidade que está consolidada e influencia a forma como compreendemos o mundo. Enquanto o conceito da visão diz respeito às bases biológicas da experiência visual, a visualidade abarca tanto a base social como a base cultural que envolvem a vida humana e estabelecem determinações discursivas responsáveis por ‘educar’ o nosso olhar (SÉRVIO, 2014). Ou seja, além da base biológica, o olhar carrega dimensões históricas e culturais referentes a cada contexto.

Através de uma constante vigilância, a visualidade é incorporada nas técnicas e nos discursos do sistema dominante de diferentes épocas para restringir o direito a olhar da população, de modo a torná-la passiva diante das práticas de dominação cada vez mais naturalizadas no imaginário das pessoas. Ao longo da história da humanidade, a visualidade vem atuando como prática discursiva e regulando a realidade concreta, definindo como vemos as coisas e o que não podemos olhar. Para Mirzoeff (2016), há séculos existem regimes de visualidade que vêm sendo instaurados e atualizados conforme surgem as novas demandas que acompanham as mudanças da sociedade através do tempo, sendo eles chamados de: complexo *plantation*, complexo imperial e complexo militar-industrial.

Entre 1660 e 1685, no complexo *plantation*, sistema baseado em latifúndios, fiscalizava-se todas as atividades e restringiam o olhar das pessoas para que a exploração das colônias e da mão-de-obra escravizada fossem mantidas. No período de 1857 a 1947, o complexo imperial classificava e separava ontologicamente as pessoas entre superior e inferior, categorias definidas pela perspectiva do colonizador que retirava o direito a olhar das/os subalternizadas/os, desumanizando-as/os através da dominação das dimensões ontológicas, epistemológicas e axiológicas. O domínio da visualidade que se iniciou em 1945 e dura até hoje é o militar-industrial, responsável por adotar táticas militares que

definem todas as práticas revolucionárias e as lutas sociais como subversivas, uma espécie de inimigo a ser combatido, consolidando e difundindo uma imagem que molda os olhos da população a ser contrainsurgente (MIRZOEFF, 2016).

Entendendo que o passado, o presente e o futuro são relacionais (VÁZQUEZ MELKEN, 2014) e que a nova cultura provém da velha cultura (DUSSEL, 1997), partimos dos exemplos dos regimes de visualidade para pensarmos como estes, até hoje, regulam a forma como vemos o mundo. Na sociedade atual, apesar de termos avançado a nível de tecnologia e ciência, ainda existem valores herdados do complexo *plantation*, do complexo imperial e do complexo militar-industrial institucionalizados e incorporados em nosso imaginário, o que vai de encontro com o que Gómez e Mignolo (2012) problematizam sobre as normas a serviço da dominação atuarem como lentes coloniais presentes na forma como compreendemos as coisas.

As práticas discursivas da visualidade vão sendo atualizadas conforme o avanço do tempo, entretanto, não são ‘dadas’ ou estáticas – como os regimes de visualidade buscam impor para a população – porque a temporalidade é relacional e os sentidos que damos ao passado, presente e futuro são construídos. A partir da ideia de relacionalidade presente na perspectiva decolonial, apresentamos as contravisualidades como instrumento importante na superação da dominação naturalizada e institucionalizada através dos regimes de visualidade.

As contravisualidades são imagens que confrontam os regimes de visualidade e reivindicam o direito a olhar historicamente negado às pessoas subalternizadas (MIRZOEFF, 2016; ABREU e ÁLVAREZ, 2019). Enquanto a visualidade define quem tem o direito a representar a realidade concreta e o que pode ou não ser olhado pelas pessoas, as contravisualidades “ajudam a questionar o círculo da homogeneização do olhar, no qual os dispositivos de visibilidade formalizam o que é representável e o que não pode ser visto” (ABREU e ÁLVAREZ, 2019, p. 836). Existem imagens plurais no mundo e a educação estética em arte precisa estar aberta a trabalhar com o desvelamento das práticas discursivas da visualidade porque não é possível decolonizar o olhar sem antes reivindicar o direito a olhar.

Na sociedade ocularcêntrica em que vivemos, a visualidade ainda regula a nossa forma de olhar e relacionar com o mundo, para isso, se faz necessário ampliar o acervo de imagens trabalhadas na formação estética das pessoas. Centrar-se apenas nas imagens que refletem uma História da arte eurocêntrica ou ignorar que grande parcela da população lida com imagens nas mídias sociais todos os dias e a partir delas formam suas opiniões sobre fatos sociais, são práticas que tendem a contribuir para que a visualidade permaneça regulando o nosso olhar. Embora a sociedade seja ocularcêntrica, quem tem direito a olhar? Se o tempo é relacional, por que não trabalharmos com contravisualidades que incentivem a leitura crítica sobre todo este universo de imagens, desvelando seus discursos e práticas históricas de dominação?

4. CONCLUSÕES

A sociedade é ocularcêntrica, mas grande parte da população ainda tem o seu direito a olhar negado para que permaneçam reprodutoras das normas inscritas nos regimes de visualidade. A ideia de trabalhar com as contravisualidades na sociedade em que a visualidade é dominante, visa contribuir para a autonomia do olhar, proporcionando um espaço crítico e dialógico em que as pessoas não sejam apenas receptoras de imagens e seus discursos pré-determinados por uma figura

simbólica detentora do poder de representar as outras, mas pessoas ativas com o seu direito a olhar o mundo para além das lentes coloniais.

As contravisualidades são potentes na busca por decolonizar o olhar através da educação estética em arte porque possibilita a leitura crítica de imagens e o desvelamento da visualidade que constrói as nossas percepções de mundo. Se durante séculos a estrutura opressora estabelece regimes de visualidade que colonizam o nosso olhar, defendemos que a educação estética em arte é um espaço de busca por alternativas para decolonizá-lo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, C. L. de; ÁLVAREZ, J. S. O.; MONTELES, N. J. S. O que podemos aprender das contravisualidades? In. **ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS**, 28º, 2019, Cidade de Goiás. **Anais**. Goiás: ANPAP, 2019. Disponível em: <http://anpap.org.br/anais/2019/PDF/ARTIGO/28encontro_____ABREU_Carla_Luzia_de_e_%C3%81LVAREZ_Juan_Sebasti%C3%A1n_Os>. Acesso em 10 set. 2022.

ALVES, Rubem. **Variações sobre o prazer**: Santo Agostinho, Nietzsche, Marx e Babette. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

DUSSEL, Enrique. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. São Paulo: Paulinas, 1997.

GÓMEZ, Pedro Pablo; MIGNOLO, Walter. **Estéticas y opción decolonial**. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2012.

MANGUEL, Alberto. **Lendo Imagens**: uma história de amor e ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOLINARI, Eduardo. El manto tóxico. In. MERLINSKY, M. G.; SERAFINI, P. **Arte y ecología política**. Buenos Aires: CLACSO, 2020. p. 43-57.

PEREIRA, D. A. Escritas de si – sobre alteridades e mediações. **Revista de Literatura, História e Memória**, Unioeste, Cascavel, v. 14, n. 23, p. 43-57, 2018.

SÉRVIO, Pablo. O que estudam os estudos de cultura visual? **Revista Digital do LAV**, vol. 7, n. 2, maio-agosto, p. 196-215, 2014.

VÁZQUEZ MELKEN, Rolando. Colonialidade y relacionalidad. In: QUINTERO, Pablo; BORSANI, María Eugenia (Orgs.). **Los desafíos decoloniales de nuestros días**: pensar em colectivo. Neuquén: EDUCO – Universidade Nacional del Comahue, 2014. p. 173-196.